Medida Provisória nº 795, de 2017

Autoria: Presidência da República

Iniciativa:

Ementa:

Dispõe sobre o tratamento tributário das atividades de exploração e de desenvolvimento de campo de petróleo ou de gás natural, altera a Lei nº 9.481, de 13 de agosto de 1997, e a Lei nº 12.973, de 13 de maio de 2014, e institui regime tributário especial para as atividades de exploração, desenvolvimento e produção de petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos.

Assunto: Economia e Desenvolvimento - Tributos

Data de Leitura: -

Tramitação encerrada

Decisão: Aprovada na forma de Projeto de Lei

Destino: À Câmara dos Deputados

Último local: 06/12/2017 - Coordenação de Arquivo

Último estado: 29/12/2017 - TRANSFORMADA EM NORMA JURÍDICA COM VETO PARCIAL

Matérias Relacionadas:

Requerimento nº 1065 de 2017

Requerimento nº 1066 de 2017

Requerimento nº 1067 de 2017

Requerimento nº 1068 de 2017

Requerimento nº 1069 de 2017

Veto nº 00050 de 2017

Despacho:

22/08/2017

null

Análise - Tramitação sucessiva

(CN-CMMPV 795/2017) Comissão Mista da Medida Provisória nº 795, de 2017

Relatoria:

CMMPV 795/2017 - (Comissão Mista da Medida Provisória nº 795, de

Relator(es):

Deputado Federal Julio Lopes (encerrado em 04/10/2017 - Deliberação da matéria)

TRAMITAÇÃO

17/04/2018 SF-COARQ - Coordenação de Arquivo

Ação: Recebido e arquivado.

05/04/2018 SF-SEXPE - Secretaria de Expediente

TRAMITAÇÃO

Ação: Remetido Ofício CN nº 199, de 04/04/18, ao Senhor Presidente da Câmara dos Deputados, comunicando o término do prazo para apresentação de Projeto de Decreto Legislativo, nos termos do § 2º do art. 11 da Resolução nº 1, de 2002-CN, e extinção da Comissão Mista destinada à apreciação da matéria, nos termos do § 3º do art. 11 da Resolução nº 1, de 2002-CN. (fl. 392).

À COARQ.

05/04/2018 MESA - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados

Ação: Recebimento do Ofício nº 203/2018 (CN) comunicando resultado da apreciação do veto. Resultado: mantido o veto parcial.

05/04/2018 CCP - COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES

Ação: Encaminhada à MPV79517.
Encaminhada à MPV79517.
Encaminhada à MPV79517.
Encaminhada à MPV79517.
Encaminhada à MPV79517.

04/04/2018 MESA - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados

Ação: Of n. 199-CN, de 04/04/18, comunica o término do prazo para edição do Decreto Legislativo destinado a regular as relações jurídicas decorrentes da Medida Provisória n. 795, de 2017, e comunica a extinção da Comissão Mista

---

03/04/2018 SF-SLCN - Secretaria Legislativa do Congresso Nacional

Ação: Em 02-04-2018, esgotou-se o prazo previsto no § 11 do art. 62 da Constituição Federal e no § 2º do art. 11 da Resolução nº 1/2002-CN, sem edição de decreto legislativo que discipline as relações jurídicas decorrentes da Medida Provisória nº 795, de 2017, cuja vigência encerrou-se em 29-12-2017, com a publicação da Lei nº 13.586, de 2017, sancionada em 28-12-2017 (§ 12 do art. 62 da Constituição Federal).

É extinta a Comissão Mista destinada a apreciar a matéria (§ 3º do art. 11 da Resolução nº 1,de 2002-CN).

Será feita comunicação à Câmara dos Deputados.

À Secretaria de Expediente e, posteriormente, ao Arquivo.

(Comunicação publicada no Diário do Congresso Nacional – DCN – de 05-04-2018).

Publicado no DCN Páginas 668 - DCN nº 10

13/03/2018 SF-SLCN - Secretaria Legislativa do Congresso Nacional

Ação: Juntadas as tramitações da matéria (PLV 36/2017 – MPV 795/2017) em ambas as Casas Legislativas, às fls. 371 a 390, à qual foi aposto o Veto nº 50/2017.

12/03/2018 SF-SLCN - Secretaria Legislativa do Congresso Nacional

Ação: Anexado Ofício nº 1.142, de 19 de dezembro de 2017, da Câmara Municipal de Ribeirão Preto, que encaminha proposição de autoria do Vereador Marcos Papa. Anexada, também, resposta da Secretaria-Geral da Mesa ao presidente da Câmara Municipal de Ribeirão Preto. (fls. 367 a 370).

12/03/2018 SF-SLCN - Secretaria Legislativa do Congresso Nacional

Ação: No prazo regimental (07/02/2018), a Comissão Mista não se reuniu para apresentar o projeto de decreto legislativo, nos termos do art. 11, § 1°, da Resolução nº 1, de 2002-CN.

TRAMITAÇÃO

A matéria aguardará nesta Secretaria o prazo final de 60 dias para edição do projeto de decreto legislativo, a encerrar-se em 07-04-2018 (art. 62, § 11, da CF/88, e art. 11, "caput" e § 2º, da Res. nº 1/2002-CN).
********** Retificado em 02/04/2018**********
"[...] a encerrar-se em 02-04-2018 [...]"

09/03/2018 SF-SEXPE - Secretaria de Expediente

Ação: À SLCN, a pedido.

22/02/2018 MESA - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados

Ação: Recebimento do Ofício nº 74/2018 (CN) comunicando veto parcial e encaminhando cópia da Mensagem e autógrafo do projeto vetado.

06/02/2018 PLEN - Plenário do Senado Federal

Ação: À Secretaria de Expediente.

06/02/2018 PLEN - Plenário do Senado Federal

Ação: À SEADI.

05/02/2018 PLEN - Plenário do Senado Federal

Ação: Encaminhado à publicação o Ofício PS-GSE nº 342, de 20 de dezembro de 2017, do 1º Secretário da Câmara dos Deputados, comunicando a rejeição da emenda oferecida por essa Casa e o envio do PLV à sanção.

Publicado no DSF Páginas 626 - DSF nº 1

05/02/2018 PLEN - Plenário do Senado Federal

Ação: Encaminhado ao Plenário.

29/12/2017 SF-SEXPE - Secretaria de Expediente

Situação: TRANSFORMADA EM NORMA JURÍDICA COM VETO PARCIAL

Ação: (PR) PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA.
SANCIONADA. LEI 13586 DE 2017. (vetada parcialmente: vide MSG 589 de 2017).
DOU (Diário Oficial da União) - 29/12/2017 - Seção I - págs. 1 e 3.
Sancionada em 28/12/2017.

À SLSF.

28/12/2017 MESA - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados

Ação: Transformado na Lei Ordinária 13586/2017. DOU 29 12 17 PÁG 01 COL 01. Vetado parcialmente. Razões do veto:MSC 589/17-PE DOU 29 12 17 PÁG 04 COL 01.

21/12/2017 PLEN - Plenário do Senado Federal

TRAMITAÇÃO

Ação: Encaminhado à Secretaria de Expediente, a pedido.

21/12/2017 Mesa - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados

Ação: Encaminhado ao Senado Federal.

20/12/2017 MESA - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados

Ação: Ofício nº 342/2017/PS-GSE ao Senado Federal, comunicando envio à sanção.

14/12/2017 MESA - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados

Ação: Remessa dos Autógrafos à sanção por meio da Mensagem nº 39/2017.

13/12/2017 PLEN - Plenário

Ação: Discussão, em turno único, da Emenda do Senado Federal ao Projeto de Lei de Conversão nº 36, de 2017 (Medida Provisória nº 795-A, de 2017).
Discutiram a Matéria: Dep. Henrique Fontana (PT-RS), Dep. Leo de Brito (PT-AC), Dep. Alessandro Molon (REDE-RJ), Dep. Ságuas Moraes (PT-MT), Dep. Assis Carvalho (PT-PI), Dep. Benedita da Silva (PT-RJ), Dep. Luiz Sérgio (PT-RJ), Dep. Ivan Valente (PSOL-SP), Dep. Chico Alencar (PSOL-RJ), Dep. Edmilson Rodrigues (PSOL-PA), Dep. Luiz Couto (PT-PB) e Dep. Jandira Feghali (PCdoB-RJ).
Encerrada a discussão.
Votação do Requerimento do Dep. Leo de Brito, na qualidade de Líder do PT, que solicita adiamento da votação por duas sessões.
Encaminhou a Votação o Dep. Leo de Brito (PT-AC).
Verificação da votação, solicitada pelos Deputados, Leo de Brito, na qualidade de Líder do PT; Simão Sessim, na qualidade de Líder do Bloco Parlamentar PP/AVANTE; Luiz Carlos Hauly, na qualidade de Líder do PSDB; e Marcos Montes, Líder do PSD, em razão do resultado proclamado pela Mesa: "Requerimento Rejeitado", passando-se à votação pelo processo nominal.
Rejeitado o Requerimento. Sim: 18; não: 234; abstenção: 4; total: 256.
Votação do Requerimento da Dep. Jandira Feghali (PCdoB-RJ), que solicita votação nominal para o Requerimento de adiamento da votação por uma sessão.
Encaminharam a Votação: Dep. Jandira Feghali (PCdoB-RJ) e Dep. Pedro Paulo (PMDB-RJ).
Rejeitado o Requerimento.
Votação do Requerimento do Dep. Ságuas Moraes, na qualidade de Líder do PT, que solicita quebra do interstício de uma hora, para verificação da votação do Requerimento de adiamento da votação por uma sessão - nos termos do §4º do artigo 185 do RICD.
Encaminhou a Votação o Dep. Henrique Fontana (PT-RS).
Rejeitado o Requerimento.
Votação do Requerimento da Dep. Alice Portugal, Líder do PCdoB, que solicita adiamento da votação por uma sessão.
Encaminharam a Votação: Dep. Jandira Feghali (PCdoB-RJ) e Dep. Fabio Garcia (S.PART.-MT).
Rejeitado o Requerimento.
Votação em turno único.
Encaminharam a Votação: Dep. Henrique Fontana (PT-RS), Dep. Julio Lopes (PP-RJ) e Dep. Leo de Brito (PT-AC).
Verificação da votação, solicitada pelos Deputados Júlio Delgado, Líder do PSB; e Alice Portugal, Líder do PCdoB , em razão do resultado proclamado pela Mesa: "Rejeitada a Emenda nº 1", passando-se à votação pelo processo nominal.
Rejeitada a Emenda. Sim: 193; não: 206; abstenção: 2; total: 401.
Vai à Sanção o Projeto de Lei de Conversão nº 36, de 2017, aprovado na Câmara dos Deputados em 5 de dezembro de 2017. (MPV 795-A/2017 - PLV 36/2017)

12/12/2017 CCP - COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES

Ação: Encaminhada à publicação. Publicação Inicial em avulso e no DCD de 13/12/17 PÁG 512 COL 01, Letra B.

12/12/2017 PLEN - Plenário

TRAMITAÇÃO

Ação: Leitura do recebimento do Ofício n° 665/2017, do Congresso Nacional (CN), que encaminha o processado da Medida Provisória n° 795/2017 (Sessão Deliberativa Extraordinária de 12/12/2017 - 15h22 - 390ª Sessão).

12/12/2017 MESA - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados

Ação: Recebido o Ofício nº 665/17, do Senado Federal, que Comunica que o Senado Federal aprovou, em revisão e com emenda, o Projeto de Lei de Conversão nº 36, de 2017 (oriundo da Medida Provisória nº 795, de 2017), que "Dispõe sobre o tratamento tributário das atividades de exploração e de desenvolvimento de campo de petróleo ou de gás natural; institui regime tributário especial para as atividades de exploração, de desenvolvimento e de produção de petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos; altera as Leis nºs 9.481, de 13 de agosto de 1997, e 12.973, de 13 de maio de 2014; e revoga dispositivo do Decreto-Lei nº 62, de 21 de novembro de 1966".Restituo, nos termos do § 6° do art. 7° da Resolução n° 1, de 2002-CN, o processado da matéria com a referida emenda, para exame dessa Casa.
Apresentação da Emenda/Substitutivo do Senado n. 36/2017, pelo Senado Federal, que: "Emenda do Senado ao Projeto de Lei de Conversão nº 36, de 2017 (Medida Provisória nº 795, de 2017), que "Dispõe sobre o tratamento tributário das atividades de exploração e de desenvolvimento de campo de petróleo ou de gás natural; institui regime tributário especial para as atividades de exploração, de desenvolvimento e de produção de petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos; altera as Leis nºs 9.481, de 13 de agosto de 1997, e 12.973, de 13 de maio de 2014; e revoga dispositivo do Decreto-Lei nº 62, de 21 de novembro de 1966"".
Ao Plenário, para leitura. Publique-se.

12/12/2017 SF-SEXPE - Secretaria de Expediente

Situação: MEDIDA PROVISÓRIA ENVIADA À CÂMARA DOS DEPUTADOS

Ação: Anexado o Ofício CN nº 665, de 12/12/17, à Presidência da Câmara dos Deputados, comunicando que o Senado Federal aprovou, em revisão e com emenda, o Projeto de Lei de Conversão nº 36, de 2017 (Medida Provisória nº 795, de 2017) e restitui, nos termos do § 6º do art. 7º da Resolução nº 1, de 2002-CN, o processado da matéria com a referida emenda, para exame da Câmara dos Deputados.

À CD.

12/12/2017 SF-SEXPE - Secretaria de Expediente

Ação: Anexado o texto revisado (fl. 360).

12/12/2017 PLEN - Plenário do Senado Federal

Situação: APROVADO O PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO

Ação: Aprovado o PLV 36/2017 e o art. 7º do texto original da medida provisória.
À Câmara dos Deputados.
** DETALHAMENTO DA AÇÃO LEGISLATIVA**
Anunciada a matéria, são suscitadas pelos Senadores(as) Vanessa Grazziotin, Lindbergh farias, Gleisi Hoffmann e Randolfe Rodrigues, questões de ordem, com fulcro no art. 403 combinado com o art. 413, ambos do Regimento Interno do Senado Federal, relativa à inadequação financeira e orçamentária da Medida Provisória 795, de 2017, sendo indeferidas pela Presidência.
Discussão encerrada.
São encaminhados à publicação e deferidos os seguintes Requerimentos:
- nº 1065, de 2017, de Líderes, que solicita destaque para votação em separado do art. 7º do texto original da medida provisória;
- nº 1066, de 2017, da Liderança PT (de bancada), que solicita destaque para votação em separado da Emenda nº 12;
- nº 1067, de 2017, da Liderança PT (de bancada), que solicita destaque para votação em separado da Emenda nº 21;
- nº 1068, de 2017, da Liderança PSB (de bancada), que solicita destaque para votação em separado da Emenda nº 23;
Aprovados os pressupostos constitucionais de relevância e urgência e de adequação financeira e orçamentária, e pertinência temática, com o voto contrário dos Senadores Humberto Costa e Lindbergh Farias.
Encaminhado à publicação e rejeitado o Requerimento nº 1069, de 2017, de autoria da Senadora Vanessa Grazziotin, que solicita destaque para votação em separado da § 1º do art. 9º da redação originária da medida provisória;
Aprovado o projeto de lei de conversão, na forma do texto aprovado na Câmara dos Deputados, ressalvados os destaques, com o seguinte resultado: Sim – 27; Não -20; Presidente -1; Total – 48. (Verificação de votação solicitada pelo Senador Lindbergh Farias, com apoiamento regimental)
Aprovado o art. 7º, da medida provisória, destacado.

TRAMITAÇÃO

Rejeitada a Emenda nº 12 da medida provisória, destacada.
Rejeitada a Emenda nº 21 da medida provisória, destacada.
Rejeitada a Emenda nº 23 da medida provisória, destacada.
Aprovada a redação final. (Parecer nº 231, de 2017 – PLEN/SF, da Comissão Diretora)
A matéria volta à Câmara dos Deputados.

Publicado no DSF Páginas 93

Publicado no DSF Páginas 347-360

Publicado no DSF Páginas 60

Publicado no DSF Páginas 51

11/12/2017 PLEN - Plenário do Senado Federal

Situação: INCLUÍDA EM ORDEM DO DIA

Ação: Incluído em ordem do dia da sessão deliberativa de 12.12.2017.
Discussão, em turno único.

06/12/2017 SF-SEADI - Secretaria de Atas e Diários

Situação: PRONTO PARA DELIBERAÇÃO DO PLENÁRIO

Ação: O Senado Federal recebeu o Ofício nº 1.507/2017, do Presidente da Câmara dos Deputados, submetendo à apreciação desta Casa, o Projeto de Lei de Conversão nº 36, de 2017 (proveniente da Medida Provisória nº 795, de 2015).
A Presidência comunica ao Plenário que o prazo de vigência da medida provisória se esgota em 15/12/2017.
A Presidência inclui a matéria na Ordem do Dia de amanhã.

Publicado no DSF Páginas 196-217

Publicado no DSF Páginas 53

Publicado no DSF Páginas 36-39

Publicado no DSF Páginas 61-64

06/12/2017 PLEN - Plenário do Senado Federal

Situação: AGUARDANDO LEITURA

Ação: Aguardando leitura no Senado Federal.

06/12/2017 Mesa - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados

Ação: Encaminhado ao Senado Federal.

19/10/2017 SF-SEXPE - Secretaria de Expediente

Situação: MEDIDA PROVISÓRIA ENVIADA À CÂMARA DOS DEPUTADOS

Ação: Remetido Ofício CN nº 502, de 19/10/17, encaminhando à Presidência da Câmara dos Deputados o processado da referida Medida Provisória (PLV nº 36, de 2017, aprovado com emendas pela Comissão Mista).
À CD.

19/10/2017 SF-SLCN - Secretaria Legislativa do Congresso Nacional

Ação: Será feita a publicação, no Diário do Congresso Nacional de 26/10/2017, do Parecer nº 01, de 2017, da Comissão Mista destinada a apreciar a presente Medida Provisória, que concluiu pela apresentação do Projeto de Lei de Conversão nº 36/2017.

À Secretaria de Expediente para envio à Câmara dos Deputados.

TRAMITAÇÃO

Publicado no DCN Páginas 608-675

19/10/2017 Mesa - Mesa Diretora do Congresso Nacional

Ação: Juntadas as páginas contendo a tramitação da matéria na Comissão Mista (fls. 301 a 305), a Ordem do Dia do Congresso Nacional com a composição da Comissão Mista (fls. 306 a 308), e os seguintes ofícios de substituição (fls. 309 a 326):
- Ofício nº 165 de 2017, do PSB - CD;
- Ofício nº 65 de 2017, do Bloco Parlamentar Democracia Progressista - SF;
- Ofício nº 271 de 2017, do Bloco PTB/PROS/PSL/PRP - CD;
- Ofício nº 675, de 2017, do PSDB - CD;
- Ofício nº 231 de 2017, do Bloco PP/PTdoB - CD;
- Ofício nº 176, de 2017, do PMDB - SF;
- Ofício nº 642, de 2017, do PMDB - CD;
- Ofício nº 182, de 2017, do PMDB - SF;
- Ofício nº 207, de 2017, do PSDB - SF;
- Ofício nº 253 de 2017, do Bloco PP/PTdoB - CD;
- Ofício nº 254 de 2017, do Bloco PP/PTdoB - CD;
- Ofício nº 212 de 2017, do PSDB - SF;
- Ofício nº 516 de 2017, do PT - CD;
- Ofício nº 76 de 2017, do Bloco Parlamentar Democracia Progressista - SF;
- Ofício nº 107 de 2017, do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática - SF;
- Ofício nº 106B de 2017, do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática - SF;
- Ofício nº 341 de 2017, do DEM - CD;
- Ofício nº 224 de 2017, do PSDB - SF.

19/10/2017 CMMPV 795/2017 - Comissão Mista da Medida Provisória nº 795, de 2017

Ação: À SLCN.
(anexados: relatório de presença, Requerimentos nºs 22 a 30, listas de votações nominais, decisão, texto final e ata da 2ª Reunião às fls. 273 a 300).

18/10/2017 CMMPV 795/2017 - Comissão Mista da Medida Provisória nº 795, de 2017

Situação: APROVADO PARECER NA COMISSÃO

Ação: Reaberta a 2ª Reunião da Comissão Mista. São apresentados os Requerimentos nº 22, de encerramento da discussão, dos Senadores Lindbergh Farias e Fernando Bezerra Coelho; nº 23, de encerramento de votação, do Deputado Leonardo Quintão; nº 24, de suspensão da tramitação da MPV 795/2017, do Senador Lindbergh Farias; nº 25, de votação nominal do Requerimento nº 24, do Senador Lindbergh Farias; nºs 26 e 27, de destaque, do Senador Lindbergh Farias; 28, de votação uma a uma das emendas à MPV 795/2017, do Senador Lindbergh Farias; nº 29, de votação nominal do Requerimento nº 20, do Senador Lindbergh Farias; e nº 30, de não realização da Reunião, do Senador Lindbergh Farias. Retirado o Requerimento nº 22 pelo autor. Aprovado o Requerimento nº 23. Procedida a verificação pelo processo nominal. Votam “sim” 13 (treze) parlamentares. O Requerimento é aprovado. Indeferido o Requerimento nº 24. Fica prejudicado o Requerimento nº 25. Rejeitado o Requerimento nº 16. A Reunião é suspensa. Reaberta a Reunião. Rejeitado o Requerimento nº 17, de adiamento da votação. Procedida a verificação pelo processo nominal. Votam "sim" 2 (dois) parlamentares e "não" 15 (quinze) parlamentares. O Requerimento é rejeitado. Ficam prejudicados os Requerimentos nºs 18 e 19. O Requerimento nº 20, de votação em globo dos destaques, é retirado pelo autor. Fica prejudicado o Requerimento nº 29. Indeferidos os Requerimentos nºs 28 e 30. Aprovados os Requerimentos nºs 26 e 27, de destaque. Aprovado o Relatório, ressalvados os destaques, que passa a constituir Parecer da Comissão, que conclui pelo atendimento da Medida Provisória nº 795, de 2017, aos pressupostos constitucionais de relevância e urgência; pela constitucionalidade, juridicidade e adequação à técnica legislativa da Medida Provisória nº 795, de 2017, e das emendas a ela propostas; pela adequação financeira e orçamentária da Medida Provisória nº 795, de 2017, e das emendas a ela oferecidas; e no mérito, pela aprovação, na forma do Projeto de Lei de Conversão apresentado, da Medida Provisória nº 795, de 2017, e das Emendas nº 7, 8, 13, 14, 27, 28, 29 e 30, bem como pela rejeição das demais emendas. Votam em contrário o Senador Lindbergh Farias e o Deputado Décio Lima. Rejeitados os destaques objetos dos Requerimentos nºs 26 e 27.
Aprovada a Ata da 2ª Reunião.

17/10/2017 CMMPV 795/2017 - Comissão Mista da Medida Provisória nº 795, de 2017

Ação: Reaberta a 8ª Reunião da Comissão Mista.
Lida nova Complementação de voto do Deputado Julio Lopes.

TRAMITAÇÃO

É apresentado Voto em Separado do Senador Lindbergh Farias.
São apresentados os Requerimentos nºs 4 a 13, de destaque; nº 14, de votação nominal do requerimento nº15; nº 15, de sobrestamento da tramitação da MPV 795/2017; nº 16, de votação nominal do requerimento nº 17; nº 17, de adiamento da votação pelo prazo de 48 horas; nº 18, de votação nominal do requerimento nº 19; nº 19, de adiamento de votação pelo prazo de 24 horas; nº 20, de votação em globo dos requerimentos de destaque; e nº 21, de votação nominal do relatório.
A Reunião é suspensa e a reabertura agendada para o dia 18 de outubro de 2017.
Ficam prejudicados os requerimentos nºs 14 e 15.
(anexados: nova Complementação de Voto, Voto em Separado e Requerimentos nºs 4 a 21, às fls. 214 a 272)
********** Retificado em 17/10/2017**********
Onde se lê: "8ª Reunião"
Leia-se 2ª Reunião

17/10/2017 CMMPV 795/2017 - Comissão Mista da Medida Provisória nº 795, de 2017

Ação: Recebida a Complementação de Voto do Relator, Deputado Julio Lopes.

17/10/2017 CMMPV 795/2017 - Comissão Mista da Medida Provisória nº 795, de 2017

Ação: Recebido Voto em Separado do Senador Lindbergh Farias.

11/10/2017 CMMPV 795/2017 - Comissão Mista da Medida Provisória nº 795, de 2017

Ação: Recebido o Ofício nº 1169/2017/SGM/P, do Presidente da Câmara dos Deputados, comunicando ao Presidente da Comissão Mista que o prazo final para o recebimento da MPV nº 795/2017 por aquela Casa é no dia 27 de novembro de 2017 (fl. 213).

11/10/2017 CMMPV 795/2017 - Comissão Mista da Medida Provisória nº 795, de 2017

Ação: Prorrogado por sessenta dias o prazo de vigência da Medida Provisória pelo Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 53, de 2017, publicado no Diário Oficial da União de 11/10/2017, nos termos do art. 10, § 1º da Resolução nº 1/2002-CN (fl. 212).

09/10/2017 CMMPV 795/2017 - Comissão Mista da Medida Provisória nº 795, de 2017

Situação: INCLUÍDA NA PAUTA DA REUNIÃO

Ação: A reunião da Comissão Mista convocada para o dia 10 de outubro foi adiada para o dia 17 de outubro de 2017.

04/10/2017 CMMPV 795/2017 - Comissão Mista da Medida Provisória nº 795, de 2017

Ação: O Senador José Serra renunciou ao cargo de Presidente da Comissão Mista, conforme Ofício GSJSER nº 97/2017 apresentado em 4 de outubro de 2017.
********** Retificado em 04/10/2017**********
(fl. 211)

04/10/2017 CMMPV 795/2017 - Comissão Mista da Medida Provisória nº 795, de 2017

Situação: PEDIDO DE VISTA CONCEDIDO

Ação: Aberta a 2ª Reunião da Comissão Mista.
Recebido complementação de voto do Deputado Julio Lopes.
Lido o relatório e a complementação de voto do Deputado Julio Lopes.
Concedida vista coletiva da matéria.
Ficam prejudicados os requerimento nº 1, 2 e 3.
A Reunião é suspensa e a reabertura agendada para o dia 10 de outubro de 2017.
********** Retificado em 04/10/2017**********

TRAMITAÇÃO

(anexados: relatório, complementação de voto, requerimento nº 3 e ata da 1ª reunião, às fls. 168 a 210)

03/10/2017 CMMPV 795/2017 - Comissão Mista da Medida Provisória nº 795, de 2017

Ação: Apresentados os Requerimentos nºs 1 e 2, pelo Deputado Carlos Zarattini, solicitando a realização de audiência pública para instruir a matéria (fls. 164 a 167).

03/10/2017 CMMPV 795/2017 - Comissão Mista da Medida Provisória nº 795, de 2017

Ação: A reunião da Comissão Mista convocada para o dia 3 de outubro foi adiada para o dia 4 de outubro de 2017.

03/10/2017 CMMPV 795/2017 - Comissão Mista da Medida Provisória nº 795, de 2017

Situação: PRONTA PARA A PAUTA NA COMISSÃO

Ação: Recebido o relatório do Deputado Julio Lopes.

02/10/2017 CMMPV 795/2017 - Comissão Mista da Medida Provisória nº 795, de 2017

Ação: Convocada reunião da Comissão Mista para o dia 03 de outubro de 2017.

29/09/2017 CMMPV 795/2017 - Comissão Mista da Medida Provisória nº 795, de 2017

Ação: Recebido o Ofício nº 1169/2017/SGM/P, do Presidente da Câmara dos Deputados, comunicando ao Presidente da Comissão Mista que o prazo final para o recebimento da MPV nº 795/2017 por aquela Casa é no dia 27 de novembro de 2017 (fl. 163).

27/09/2017 CMMPV 795/2017 - Comissão Mista da Medida Provisória nº 795, de 2017

Situação: MATÉRIA COM A RELATORIA

Ação: Realizada a 1ª Reunião da Comissão Mista.
A Comissão é instalada, sendo eleito o Senador José Serra para Presidente; e designado Relator o Deputado Julio Lopes.
Aprovada a ata da 1ª Reunião.
Encaminhado ao Presidente do Congresso Nacional o Ofício nº 001/MPV795-2017, comunicando o resultado da Reunião (anexados lista de presença e Ofício nº 001 às fls. 160-162).

26/09/2017 CMMPV 795/2017 - Comissão Mista da Medida Provisória nº 795, de 2017

Ação: Convocada reunião de instalação da Comissão Mista para o dia 27 de setembro de 2017.

25/08/2017 CMMPV 795/2017 - Comissão Mista da Medida Provisória nº 795, de 2017

Situação: AGUARDANDO INSTALAÇÃO DA COMISSÃO

Ação: Encerrado o prazo regimental, foram apresentadas 46 (quarenta e seis) emendas à Medida Provisória, de autoria dos Senhores Parlamentares: Deputado Federal André Figueiredo 001; 002; 003; Deputado Federal Arnaldo Jordy 004; Deputado Federal Carlos Zarattini 005; 006; Senador Flexa Ribeiro 007; 008; Senador Telmário Mota 009; Deputado Federal Jerônimo Goergen 010; 011; 012; 013; 014; Deputado Federal João Gualberto 015; Deputado Federal Herculano Passos 016; Deputado Federal João Daniel 017; 018; 019; 020; Senador Lindbergh Farias 021; 022; 023; 024; Deputado Federal Alfredo Kaefer 025; 026; 044; 045; 046; Deputado Federal Otavio Leite 027; 028; 029; 030; Deputado Federal Sergio Vidigal 031; 032; 033; 034; 035; 036; 037; 038; 039; e Deputado Federal José Carlos Aleluia 040; 041; 042; 043.
(fls. 40 a 159).
As emendas serão publicadas no Diário do Congresso Nacional no dia 31/08/2017.

TRAMITAÇÃO

Publicado no DCN Páginas 771-893

24/08/2017 CMMPV 795/2017 - Comissão Mista da Medida Provisória nº 795, de 2017

Ação: Recebida Nota Técnica nº39/2017, da Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira da Câmara dos Deputados, atendendo ao disposto no artigo 19, da Resolução nº 1/2002-CN (fls. 30 a 39)

22/08/2017 CMMPV 795/2017 - Comissão Mista da Medida Provisória nº 795, de 2017

Ação: Feita a comunicação à Câmara dos Deputados acerca da constituição da Comissão Mista e do calendário de tramitação da matéria por meio do Ofício nº 386-CN, nos termos do § 7º do art. 2º da Resolução nº 1 de 2002-CN (fl. 29).

22/08/2017 SF-COCM - Coordenação de Comissões Mistas

Situação: AGUARDANDO RECEBIMENTO DE EMENDAS

Ação: Aguardando recebimento de emendas perante a Comissão Mista, nos termos do art. 4º da Resolução nº 1, de 2002-CN.

22/08/2017 SF-SLCN - Secretaria Legislativa do Congresso Nacional

Situação: MATÉRIA DESPACHADA

Ação: A presente Medida Provisória, adotada pelo Exmo Sr. Presidente da República em 17 de agosto de 2017, foi publicada no Diário Oficial da União de 18 de agosto de 2017 e encaminhada ao Congresso Nacional por meio da Mensagem nº 288 de 2017.
Designada, em 22 de agosto de 2017, a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria (arts. 2º e 3º da Resolução nº 1 de 2002-CN, e art. 10-A do Regimento Comum).(fls. 23 a 28).
São os seguintes os Ofícios de indicação das lideranças:
- Ofício nº 15/2017, do Bloco PTB/PROS/PSL/PRP-CD; e
- Memorando nº 57/2017, da Liderança do Bloco Socialismo e Democracia-SF.
A composição da Comissão Mista e do calendário de tramitação da matéria estão publicados na Ordem do Dia do Congresso Nacional e serão publicados no Diário do Congresso Nacional de 24 de agosto de 2017.
Será feita a comunicação à Câmara dos Deputados (§7º do art. 2º da Resolução nº 1 de 2002-CN).
Matéria remetida à Coordenação de Comissões Mistas.

Publicado no DCN Páginas 27-32

18/08/2017 SF-SLCN - Secretaria Legislativa do Congresso Nacional

Ação: Juntada a Mensagem nº 288, de 2017, que encaminha ao Congresso Nacional o texto da Medida Provisória nº 795, de 17 de agosto de 2017 (DOU de 18/08/2017), às fls. 5 a 21.

18/08/2017 SF-SLCN - Secretaria Legislativa do Congresso Nacional

Situação: AGUARDANDO DESIGNAÇÃO MEMBROS COMISSÃO

Ação: Publicado no DOU de 18/08/2017, na página 2, a Medida Provisória 795/2017.

Calendário da Medida Provisória:
- Designação da comissão: até 22/08/2017;
- Emendas: de 18/08/2017 até 24/08/2017;
- Prazo na comissão: *;
- Remessa do processo à CD: -;
- Prazo na CD: até 14/09/2017 (até o 28° dia);
- Recebimento previsto no SF: até 14/09/2017;
- Prazo no SF: de 15/09/2017 até 28/09/2017 (42° dia);
- Se modificado, devolução à CD: até 28/09/2017;
- Prazo para apreciação das modificações do SF, pela CD: de 29/09/2017 até 02/10/2017 (43° ao 45° dia);
- Regime de urgência, obstruindo a pauta a partir de: 02/10/2017 (46° dia);

TRAMITAÇÃO

- Prazo final no Congresso: até 16/10/2017 (60 dias).

* A Comissão Mista deve, obrigatoriamente, emitir parecer antes de a matéria ser submetida aos Plenários da Câmara dos Deputados e do Senado Federal (art. 62, § 9º - CF / Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4.029 - DOU de 16/03/2012)

Publicado no DOU Páginas 2

DOCUMENTOS

MPV 795/2017

Data: 18/08/2017
Autor: Presidência da República
Local: Mesa Diretora do Congresso Nacional
Descrição/Ementa: Dispõe sobre o tratamento tributário das atividades de exploração e de desenvolvimento de campo de petróleo ou de gás natural, altera a Lei nº 9.481, de 13 de agosto de 1997, e a Lei nº 12.973, de 13 de maio de 2014, e institui regime tributário especial para as atividades de exploração, desenvolvimento e produção de petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos.

OFCN 386/2017

Data: 18/08/2017
Autor: Presidente do Congresso Nacional
Local: null
Descrição/Ementa: Comunicação à CD da composição da Comissão Mista e do calendário de tramitação da MPV 795/2017.

Avulso inicial da matéria

Data: 18/08/2017
Autor: Senado Federal
Local: Mesa Diretora do Congresso Nacional

Avulso inicial da matéria

Data: 21/08/2017
Autor: Senado Federal
Local: Mesa Diretora do Congresso Nacional
Descrição/Ementa: Republicação do inciso I do caput do art. 10 da Medida Provisória nº 795, de 2017, de 17 de agosto de 2017 (republicação no DOU de 21/08/2017 - p.1)

Quadro Comparativo

Data: 21/08/2017
Autor: Congresso Nacional
Local: Mesa Diretora do Congresso Nacional
Descrição/Ementa: Legislação X MPV 795/2017

EMENDA 1 - MPV 795/2017

Data: 22/08/2017
Autor: Deputado Federal André Figueiredo (PDT/CE)

DOCUMENTOS

Local: Comissão Mista da Medida Provisória nº 795, de 2017

Descrição/Ementa: Dispõe sobre o tratamento tributário das atividades de exploração e de desenvolvimento de campo de petróleo ou de gás natural, altera a Lei nº 9.481, de 13 de agosto de 1997, e a Lei nº 12.973, de 13 de maio de 2014, e institui regime tributário especial para as atividades de exploração, desenvolvimento e produção de petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos.

EMENDA 2 - MPV 795/2017

Data: 22/08/2017

Autor: Deputado Federal André Figueiredo (PDT/CE)

Local: Comissão Mista da Medida Provisória nº 795, de 2017

Descrição/Ementa: Dispõe sobre o tratamento tributário das atividades de exploração e de desenvolvimento de campo de petróleo ou de gás natural, altera a Lei nº 9.481, de 13 de agosto de 1997, e a Lei nº 12.973, de 13 de maio de 2014, e institui regime tributário especial para as atividades de exploração, desenvolvimento e produção de petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos.

EMENDA 3 - MPV 795/2017

Data: 22/08/2017

Autor: Deputado Federal André Figueiredo (PDT/CE)

Local: Comissão Mista da Medida Provisória nº 795, de 2017

Descrição/Ementa: Dispõe sobre o tratamento tributário das atividades de exploração e de desenvolvimento de campo de petróleo ou de gás natural, altera a Lei nº 9.481, de 13 de agosto de 1997, e a Lei nº 12.973, de 13 de maio de 2014, e institui regime tributário especial para as atividades de exploração, desenvolvimento e produção de petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos.

EMENDA 4 - MPV 795/2017

Data: 23/08/2017

Autor: Deputado Federal Arnaldo Jordy (CIDADANIA/PA)

Local: Comissão Mista da Medida Provisória nº 795, de 2017

Descrição/Ementa: EMENDA SUPRESSIVA Nº Suprima-se o art. 1º, renumerando-se os demais.

EMENDA 5 - MPV 795/2017

Data: 24/08/2017

Autor: Deputado Federal Carlos Zarattini (PT/SP)

Local: Comissão Mista da Medida Provisória nº 795, de 2017

Descrição/Ementa: Dispõe sobre o tratamento tributário das atividades de exploração e de desenvolvimento de campo de petróleo ou de gás natural, altera a Lei nº 9.481, de 13 de agosto de 1997, e a Lei nº 12.973, de 13 de maio de 2014, e institui regime tributário especial para as atividades de exploração, desenvolvimento e produção de petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos.

EMENDA 6 - MPV 795/2017

Data: 24/08/2017

Autor: Deputado Federal Carlos Zarattini (PT/SP)

Local: Comissão Mista da Medida Provisória nº 795, de 2017

Descrição/Ementa: Dispõe sobre o tratamento tributário das atividades de exploração e de desenvolvimento de campo de petróleo ou de gás natural, altera a Lei nº 9.481, de 13 de agosto de 1997, e a Lei nº 12.973, de 13 de maio de 2014, e institui regime tributário especial para as atividades de exploração, desenvolvimento e produção de petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos.

DOCUMENTOS

EMENDA 7 - MPV 795/2017

Data: 24/08/2017

Autor: Senador Flexa Ribeiro (PSDB/PA)

Local: Comissão Mista da Medida Provisória nº 795, de 2017

EMENDA 8 - MPV 795/2017

Data: 24/08/2017

Autor: Senador Flexa Ribeiro (PSDB/PA)

Local: Comissão Mista da Medida Provisória nº 795, de 2017

EMENDA 9 - MPV 795/2017

Data: 24/08/2017

Autor: Senador Telmário Mota (PTB/RR)

Local: Comissão Mista da Medida Provisória nº 795, de 2017

EMENDA 10 - MPV 795/2017

Data: 24/08/2017

Autor: Deputado Federal Jerônimo Goergen (PP/RS)

Local: Comissão Mista da Medida Provisória nº 795, de 2017

Descrição/Ementa: Dispõe sobre o tratamento tributário das atividades de exploração e de desenvolvimento de campo de petróleo ou de gás natural, altera a Lei nº 9.481, de 13 de agosto de 1997, e a Lei nº 12.973, de 13 de maio de 2014, e institui regime tributário especial para as atividades de exploração, desenvolvimento e produção de petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos.

EMENDA 11 - MPV 795/2017

Data: 24/08/2017

Autor: Deputado Federal Jerônimo Goergen (PP/RS)

Local: Comissão Mista da Medida Provisória nº 795, de 2017

Descrição/Ementa: Dispõe sobre o tratamento tributário das atividades de exploração e de desenvolvimento de campo de petróleo ou de gás natural, altera a Lei nº 9.481, de 13 de agosto de 1997, e a Lei nº 12.973, de 13 de maio de 2014, e institui regime tributário especial para as atividades de exploração, desenvolvimento e produção de petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos.

EMENDA 12 - MPV 795/2017

Data: 24/08/2017

Autor: Deputado Federal Jerônimo Goergen (PP/RS)

Local: Comissão Mista da Medida Provisória nº 795, de 2017

Descrição/Ementa: Dispõe sobre o tratamento tributário das atividades de exploração e de desenvolvimento de campo de petróleo ou de gás natural, altera a Lei nº 9.481, de 13 de agosto de 1997, e a Lei nº 12.973, de 13 de maio de 2014, e institui regime tributário especial para as atividades de exploração, desenvolvimento e produção de petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos.

EMENDA 13 - MPV 795/2017

Data: 24/08/2017

Autor: Deputado Federal Jerônimo Goergen (PP/RS)

DOCUMENTOS

Local: Comissão Mista da Medida Provisória nº 795, de 2017

Descrição/Ementa: Dispõe sobre o tratamento tributário das atividades de exploração e de desenvolvimento de campo de petróleo ou de gás natural, altera a Lei nº 9.481, de 13 de agosto de 1997, e a Lei nº 12.973, de 13 de maio de 2014, e institui regime tributário especial para as atividades de exploração, desenvolvimento e produção de petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos.

EMENDA 14 - MPV 795/2017

Data: 24/08/2017

Autor: Deputado Federal Jerônimo Goergen (PP/RS)

Local: Comissão Mista da Medida Provisória nº 795, de 2017

Descrição/Ementa: Dispõe sobre o tratamento tributário das atividades de exploração e de desenvolvimento de campo de petróleo ou de gás natural, altera a Lei nº 9.481, de 13 de agosto de 1997, e a Lei nº 12.973, de 13 de maio de 2014, e institui regime tributário especial para as atividades de exploração, desenvolvimento e produção de petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos.

EMENDA 15 - MPV 795/2017

Data: 24/08/2017

Autor: Deputado Federal João Gualberto (PSDB/BA)

Local: Comissão Mista da Medida Provisória nº 795, de 2017

Descrição/Ementa: Propõe Emenda ao texto da MPV 795/17, alterando o Art. 1º da Lei nº 9.481/97.

EMENDA 16 - MPV 795/2017

Data: 24/08/2017

Autor: Deputado Federal Herculano Passos (PSD/SP)

Local: Comissão Mista da Medida Provisória nº 795, de 2017

Descrição/Ementa: Da-se à MP 795, de 2017, a seguinte resação.

EMENDA 17 - MPV 795/2017

Data: 24/08/2017

Autor: Deputado Federal João Daniel (PT/SE)

Local: Comissão Mista da Medida Provisória nº 795, de 2017

Descrição/Ementa: Dispõe sobre o tratamento tributário das atividades de exploração e de desenvolvimento de campo de petróleo ou de gás natural, altera a Lei nº 9.481, de 13 de agosto de 1997, e a Lei nº 12.973, de 13 de maio de 2014, e institui regime tributário especial para as atividades de exploração, desenvolvimento e produção de petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos.

EMENDA 18 - MPV 795/2017

Data: 24/08/2017

Autor: Deputado Federal João Daniel (PT/SE)

Local: Comissão Mista da Medida Provisória nº 795, de 2017

Descrição/Ementa: Dispõe sobre o tratamento tributário das atividades de exploração e de desenvolvimento de campo de petróleo ou de gás natural, altera a Lei nº 9.481, de 13 de agosto de 1997, e a Lei nº 12.973, de 13 de maio de 2014, e institui regime tributário especial para as atividades de exploração, desenvolvimento e produção de petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos.

EMENDA 19 - MPV 795/2017

Data: 24/08/2017

DOCUMENTOS

Autor: Deputado Federal João Daniel (PT/SE)

Local: Comissão Mista da Medida Provisória nº 795, de 2017

Descrição/Ementa: Suprima-se o art. 1º, renumerando-se os demais

---

EMENDA 20 - MPV 795/2017

Data: 24/08/2017

Autor: Deputado Federal João Daniel (PT/SE)

Local: Comissão Mista da Medida Provisória nº 795, de 2017

Descrição/Ementa: Dê-se ao art. 6º a seguinte redação:

EMENDA 21 - MPV 795/2017

Data: 24/08/2017

Autor: Senador Lindbergh Farias (PT/RJ)

Local: Comissão Mista da Medida Provisória nº 795, de 2017

EMENDA 22 - MPV 795/2017

Data: 24/08/2017

Autor: Senador Lindbergh Farias (PT/RJ)

Local: Comissão Mista da Medida Provisória nº 795, de 2017

EMENDA 23 - MPV 795/2017

Data: 24/08/2017

Autor: Senador Lindbergh Farias (PT/RJ)

Local: Comissão Mista da Medida Provisória nº 795, de 2017

EMENDA 24 - MPV 795/2017

Data: 24/08/2017

Autor: Senador Lindbergh Farias (PT/RJ)

Local: Comissão Mista da Medida Provisória nº 795, de 2017

Nota Técnica

Data: 24/08/2017

Autor: Senado Federal

Local: Comissão Mista da Medida Provisória nº 795, de 2017

Ação Legislativa: Recebida Nota Técnica nº39/2017, da Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira da Câmara dos Deputados, atendendo ao disposto no artigo 19, da Resolução nº 1/2002-CN (fls. 30 a 39)

Descrição/Ementa: Nota técnica orçamentária

EMENDA 25 - MPV 795/2017

Data: 24/08/2017

Autor: Deputado Federal Alfredo Kaefer (PSL/PR)

Local: Comissão Mista da Medida Provisória nº 795, de 2017

DOCUMENTOS

Descrição/Ementa: Dispõe sobre o tratamento tributário das atividades de exploração e de desenvolvimento de campo de petróleo ou de gás natural, altera a Lei nº 9.481, de 13 de agosto de 1997, e a Lei nº 12.973, de 13 de maio de 2014, e institui regime tributário especial para as atividades de exploração, desenvolvimento e produção de petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos.

EMENDA 26 - MPV 795/2017

Data: 24/08/2017

Autor: Deputado Federal Alfredo Kaefer (PSL/PR)

Local: Comissão Mista da Medida Provisória nº 795, de 2017

Descrição/Ementa: Dispõe sobre o tratamento tributário das atividades de exploração e de desenvolvimento de campo de petróleo ou de gás natural, altera a Lei nº 9.481, de 13 de agosto de 1997, e a Lei nº 12.973, de 13 de maio de 2014, e institui regime tributário especial para as atividades de exploração, desenvolvimento e produção de petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos.

EMENDA 27 - MPV 795/2017

Data: 24/08/2017

Autor: Deputado Federal Otavio Leite (PSDB/RJ)

Local: Comissão Mista da Medida Provisória nº 795, de 2017

Descrição/Ementa: Dispõe sobre o tratamento tributário das atividades de exploração e de desenvolvimento de campo de petróleo ou de gás natural, altera a Lei nº 9.481, de 13 de agosto de 1997, e a Lei nº 12.973, de 13 de maio de 2014, e institui regime tributário especial para as atividades de exploração, desenvolvimento e produção de petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos.

EMENDA 28 - MPV 795/2017

Data: 24/08/2017

Autor: Deputado Federal Otavio Leite (PSDB/RJ)

Local: Comissão Mista da Medida Provisória nº 795, de 2017

Descrição/Ementa: Dispõe sobre o tratamento tributário das atividades de exploração e de desenvolvimento de campo de petróleo ou de gás natural, altera a Lei nº 9.481, de 13 de agosto de 1997, e a Lei nº 12.973, de 13 de maio de 2014, e institui regime tributário especial para as atividades de exploração, desenvolvimento e produção de petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos.

EMENDA 29 - MPV 795/2017

Data: 24/08/2017

Autor: Deputado Federal Otavio Leite (PSDB/RJ)

Local: Comissão Mista da Medida Provisória nº 795, de 2017

Descrição/Ementa: Dispõe sobre o tratamento tributário das atividades de exploração e de desenvolvimento de campo de petróleo ou de gás natural, altera a Lei nº 9.481, de 13 de agosto de 1997, e a Lei nº 12.973, de 13 de maio de 2014, e institui regime tributário especial para as atividades de exploração, desenvolvimento e produção de petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos.

EMENDA 30 - MPV 795/2017

Data: 24/08/2017

Autor: Deputado Federal Otavio Leite (PSDB/RJ)

Local: Comissão Mista da Medida Provisória nº 795, de 2017

Descrição/Ementa: Dispõe sobre o tratamento tributário das atividades de exploração e de desenvolvimento de campo de petróleo ou de gás natural, altera a Lei nº 9.481, de 13 de agosto de 1997, e a Lei nº 12.973, de 13 de maio de 2014, e institui regime tributário especial para as atividades de exploração, desenvolvimento e produção de petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos.

DOCUMENTOS

EMENDA 31 - MPV 795/2017

Data: 24/08/2017
Autor: Deputado Federal Sergio Vidigal (PDT/ES)
Local: Comissão Mista da Medida Provisória nº 795, de 2017
Descrição/Ementa: Suprima-se o § 6º do artigo 6º da Medida Provisória nº 795/2017.

EMENDA 32 - MPV 795/2017

Data: 24/08/2017
Autor: Deputado Federal Sergio Vidigal (PDT/ES)
Local: Comissão Mista da Medida Provisória nº 795, de 2017
Descrição/Ementa: Suprima-se a expressão: "conforme o caso" do § 2º do artigo 6º da Medida Provisória nº 795/2017.

EMENDA 33 - MPV 795/2017

Data: 24/08/2017
Autor: Deputado Federal Sergio Vidigal (PDT/ES)
Local: Comissão Mista da Medida Provisória nº 795, de 2017
Descrição/Ementa: Suprima-se a expressão: "e materiais de embalagem" estabelecida no artigo 6º, caput, da Medida Provisória nº 795/2017.

EMENDA 34 - MPV 795/2017

Data: 24/08/2017
Autor: Deputado Federal Sergio Vidigal (PDT/ES)
Local: Comissão Mista da Medida Provisória nº 795, de 2017
Descrição/Ementa: Suprima-se os incisos III e IV do §1º do artigo 5º da MPV 795/2017

EMENDA 35 - MPV 795/2017

Data: 24/08/2017
Autor: Deputado Federal Sergio Vidigal (PDT/ES)
Local: Comissão Mista da Medida Provisória nº 795, de 2017
Descrição/Ementa: Modifica-se o §4º do art. 5º da MPV 795, de 2017: Art. 5º ..... (...) §4º A suspensão do pagamento de contribuição para o PIS/Pasep-Importação e da Confins-Importação de que trata este artigo perdurará por 5 anos, findos os quais o crédito tributário torna-se exigível, inclusive com juros e correção monetária retroativo a data de registro da declaração de importação.

EMENDA 36 - MPV 795/2017

Data: 24/08/2017
Autor: Deputado Federal Sergio Vidigal (PDT/ES)
Local: Comissão Mista da Medida Provisória nº 795, de 2017
Descrição/Ementa: Modifica-se o §6º do art. 5º da MPV 795, de 2017: Art. 5º ..... (...) §6º A Secretaria da Receita Federal do Brasil não poderá, de forma alguma, ampliar o prazo de recolhimento do tributo devido na forma do §5º.

EMENDA 37 - MPV 795/2017

Data: 24/08/2017
Autor: Deputado Federal Sergio Vidigal (PDT/ES)
Local: Comissão Mista da Medida Provisória nº 795, de 2017

DOCUMENTOS

Descrição/Ementa: Modifique-se o caput do art. 6º da Lei no 7.990, de 28 de dezembro de 1989, que passa a vigorar com a seguinte redação: Art. 6º A compensação financeira pela exploração de recursos minerais, para fins de aproveitamento econômico, será de até 5% (cinco por cento) sobre o valor da produção, e a exploração de recursos minerais ensejará o recolhimento da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - CFEM, nos termos do art. 20, § 1º da Constituição Federal.

EMENDA 38 - MPV 795/2017

Data: 24/08/2017

Autor: Deputado Federal Sergio Vidigal (PDT/ES)

Local: Comissão Mista da Medida Provisória nº 795, de 2017

Descrição/Ementa: Modifique-se o art. 1º, inciso I a V da Lei nº 8.001, de 31 de março de 1990, que passa a vigorar com a seguinte redação: Art. 1º A distribuição da compensação financeira de que trata este artigo será feita da seguinte forma: I - 13% (treze por cento) para os Estados Produtores o Distrito Federal; II- 12% (doze por cento) para os Estados Exportadores dos recursos minerais; III - 45% (quarenta e cinco por cento) para os Municípios produtores dos recursos minerais; IV- 20% (vinte por cento) para os municípios exportadores dos recursos minerais; V - 10% (dez por cento) para Agencia Nacional de Mineração, que destinará 2% (dois por cento) à proteção ambiental nas regiões mineradoras, por intermédio do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, ou de outro Órgão Federal competente, que o substituir.

EMENDA 39 - MPV 795/2017

Data: 24/08/2017

Autor: Deputado Federal Sergio Vidigal (PDT/ES)

Local: Comissão Mista da Medida Provisória nº 795, de 2017

Descrição/Ementa: Insira-se o parágrafo 2 F, inciso I e II ao 2º da Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, que passa a vigorar com a seguinte redação: 2F. 3º Nos casos de grande volume de produção, ou de grande rentabilidade na exploração de recursos minerais, haverá o pagamento de uma participação especial pelo produtor mineral. I- 1º A participação especial será aplicada sobre a receita bruta da produção, deduzidas as compensações financeiras, os investimentos na exploração, os custos operacionais, a depreciação e os tributos previstos na legislação em vigor. II- 2º Será assegurado que, anualmente, o valor total da participação especial devida será maior ou igual a 50% (cinquenta por cento) do valor total da compensação financeira devida, com base nos percentuais estabelecidos pelo art. 2º desta Lei.

EMENDA 40 - MPV 795/2017

Data: 24/08/2017

Autor: Deputado Federal José Carlos Aleluia (DEM/BA)

Local: Comissão Mista da Medida Provisória nº 795, de 2017

Descrição/Ementa: A presente emenda tem a intenção de retirar da base de cálculo da COFINS os valores envolvendo os contratos firmados para o transporte e distribuição do gás natural, mais especificamente vinculadas às cláusulas de ship or pay e take or pay.

EMENDA 41 - MPV 795/2017

Data: 24/08/2017

Autor: Deputado Federal José Carlos Aleluia (DEM/BA)

Local: Comissão Mista da Medida Provisória nº 795, de 2017

Descrição/Ementa: A presente emenda tem a intenção de retirar da base de cálculo do PIS/PASEP os valores envolvendo os contratos firmados para o transporte e distribuição do gás natural, mais especificamente vinculadas às cláusulas de ship or pay e take or pay.

EMENDA 42 - MPV 795/2017

Data: 24/08/2017

Autor: Deputado Federal José Carlos Aleluia (DEM/BA)

Local: Comissão Mista da Medida Provisória nº 795, de 2017

Descrição/Ementa: A presente emenda tem a intenção de possibilitar o desconto por meio de créditos calculados em relação à COFINS dos valores envolvendo os contratos firmados para o transporte e distribuição do gás natural, mais especificamente vinculadas às cláusulas de ship or pay e take or pay

DOCUMENTOS

EMENDA 43 - MPV 795/2017

Data: 24/08/2017

Autor: Deputado Federal José Carlos Aleluia (DEM/BA)

Local: Comissão Mista da Medida Provisória nº 795, de 2017

Descrição/Ementa: A presente emenda tem a intenção de possibilitar o desconto por meio de créditos calculados em relação ao PIS/PASEP dos valores envolvendo os contratos firmados para o transporte e distribuição do gás natural, mais especificamente vinculados às cláusulas de ship or pay e take or pay

EMENDA 44 - MPV 795/2017

Data: 24/08/2017

Autor: Deputado Federal Alfredo Kaefer (PSL/PR)

Local: Comissão Mista da Medida Provisória nº 795, de 2017

Descrição/Ementa: Dispõe sobre o tratamento tributário das atividades de exploração e de desenvolvimento de campo de petróleo ou de gás natural, altera a Lei nº 9.481, de 13 de agosto de 1997, e a Lei nº 12.973, de 13 de maio de 2014, e institui regime tributário especial para as atividades de exploração, desenvolvimento e produção de petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos.

EMENDA 45 - MPV 795/2017

Data: 24/08/2017

Autor: Deputado Federal Alfredo Kaefer (PSL/PR)

Local: Comissão Mista da Medida Provisória nº 795, de 2017

Descrição/Ementa: Dispõe sobre o tratamento tributário das atividades de exploração e de desenvolvimento de campo de petróleo ou de gás natural, altera a Lei nº 9.481, de 13 de agosto de 1997, e a Lei nº 12.973, de 13 de maio de 2014, e institui regime tributário especial para as atividades de exploração, desenvolvimento e produção de petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos.

EMENDA 46 - MPV 795/2017

Data: 24/08/2017

Autor: Deputado Federal Alfredo Kaefer (PSL/PR)

Local: Comissão Mista da Medida Provisória nº 795, de 2017

Descrição/Ementa: Dispõe sobre o tratamento tributário das atividades de exploração e de desenvolvimento de campo de petróleo ou de gás natural, altera a Lei nº 9.481, de 13 de agosto de 1997, e a Lei nº 12.973, de 13 de maio de 2014, e institui regime tributário especial para as atividades de exploração, desenvolvimento e produção de petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos.

Sumário Executivo

Data: 25/08/2017

Autor: Senado Federal

Local: Mesa Diretora do Congresso Nacional

Avulso de emendas

Data: 25/08/2017

Autor: Senado Federal

Local: Comissão Mista da Medida Provisória nº 795, de 2017

DOCUMENTOS

Relatório Legislativo

Data: 03/10/2017

Autor: Deputado Federal Julio Lopes (PP/RJ)

Local: Comissão Mista da Medida Provisória nº 795, de 2017

Ação Legislativa: Recebido o relatório do Deputado Julio Lopes.

Descrição/Ementa: Dispõe sobre o tratamento tributário das atividades de exploração e de desenvolvimento de campo de petróleo ou de gás natural, altera a Lei nº 9.481, de 13 de agosto de 1997, e a Lei nº 12.973, de 13 de maio de 2014, e institui regime tributário especial para as atividades de exploração, desenvolvimento e produção de petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos.

REQ 1/2017 - MPV 795/2017

Data: 03/10/2017

Autor: Deputado Federal Carlos Zarattini (PT/SP)

Local: Comissão Mista da Medida Provisória nº 795, de 2017

Ação Legislativa: Apresentados os Requerimentos nºs 1 e 2, pelo Deputado Carlos Zarattini, solicitando a realização de audiência pública para instruir a matéria (fls. 164 a 167).

Descrição/Ementa: Requer a realização de Audiência Pública para debater sobre a Medida Provisória nº 795/2017.

REQ 2/2017 - MPV 795/2017

Data: 03/10/2017

Autor: Deputado Federal Carlos Andrade (PHS/RR)

Local: Comissão Mista da Medida Provisória nº 795, de 2017

Ação Legislativa: Apresentados os Requerimentos nºs 1 e 2, pelo Deputado Carlos Zarattini, solicitando a realização de audiência pública para instruir a matéria (fls. 164 a 167).

Descrição/Ementa: Requer a realização de Audiência Pública para debater sobre a Medida Provisória nº 795/2017.

REQ 3/2017 - MPV 795/2017

Data: 04/10/2017

Autor: Deputado Federal Alfredo Kaefer (PSL/PR)

Local: Comissão Mista da Medida Provisória nº 795, de 2017

Ação Legislativa: Aberta a 2ª Reunião da Comissão Mista.
Recebido complementação de voto do Deputado Julio Lopes.
Lido o relatório e a complementação de voto do Deputado Julio Lopes.
Concedida vista coletiva da matéria.
Ficam prejudicados os requerimento nº 1, 2 e 3.
A Reunião é suspensa e a reabertura agendada para o dia 10 de outubro de 2017.
********** Retificado em 04/10/2017**********
(anexados: relatório, complementação de voto, requerimento nº 3 e ata da 1ª reunião, às fls. 168 a 210)

Descrição/Ementa: Dispõe sobre o tratamento tributário das atividades de exploração e de desenvolvimento de campo de petróleo ou de gás natural, altera a Lei n º 9.481, de 13 de agosto de 1997, e a Lei n º 12.973, de 13 de maio de 2014, e institui regime tributário especial para as atividades de exploração, desenvolvimento e produção de petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos.

Relatório Legislativo -

Data: 04/10/2017

Autor: Deputado Federal Julio Lopes (PP/RJ)

Local: Comissão Mista da Medida Provisória nº 795, de 2017

Ação Legislativa: Aberta a 2ª Reunião da Comissão Mista.
Recebido complementação de voto do Deputado Julio Lopes.

DOCUMENTOS

Lido o relatório e a complementação de voto do Deputado Julio Lopes.
Concedida vista coletiva da matéria.
Ficam prejudicados os requerimento nº 1, 2 e 3.
A Reunião é suspensa e a reabertura agendada para o dia 10 de outubro de 2017.
********** Retificado em 04/10/2017**********
(anexados: relatório, complementação de voto, requerimento nº 3 e ata da 1ª reunião, às fls. 168 a 210)

Descrição/Ementa: Complementação de Voto recebida em 04.10.2017.

Voto em Separado

Data: 17/10/2017

Autor: Senador Lindbergh Farias (PT/RJ)

Local: Comissão Mista da Medida Provisória nº 795, de 2017

Ação Legislativa: Recebido Voto em Separado do Senador Lindbergh Farias.

Descrição/Ementa: Voto em Separado

Relatório Legislativo -

Data: 17/10/2017

Autor: Deputado Federal Julio Lopes (PP/RJ)

Local: Comissão Mista da Medida Provisória nº 795, de 2017

Ação Legislativa: Recebida a Complementação de Voto do Relator, Deputado Julio Lopes.

Descrição/Ementa: Complementação de Voto apresentado pelo Relator.

Requerimento

Data: 17/10/2017

Autor: Comissão

Local: Comissão Mista da Medida Provisória nº 795, de 2017

Descrição/Ementa: Requerimentos nºs 4 a 13, de destaque; nº 14, de votação nominal do requerimento nº15; nº 15, de sobrestamento da tramitação da MPV 795/2017; nº 16, de votação nominal do requerimento nº 17; nº 17, de adiamento da votação pelo prazo de 48 horas; nº 18, de votação nominal do requerimento nº 19; nº 19, de adiamento de votação pelo prazo de 24 horas; nº 20, de votação em globo dos requerimentos de destaque; e nº 21, de votação nominal do relatório.

Requerimento

Data: 18/10/2017

Autor: -

Local: Comissão Mista da Medida Provisória nº 795, de 2017

Descrição/Ementa: Requerimentos 22 e 23 de encerramento de discussão; 24 e 25 de suspensão da tramitação.

Texto final da Comissão - PLV

Data: 18/10/2017

Autor: Comissão do Congresso Nacional

Local: Comissão Mista da Medida Provisória nº 795, de 2017

Ação Legislativa: Reaberta a 2ª Reunião da Comissão Mista. São apresentados os Requerimentos nº 22, de encerramento da discussão, dos Senadores Lindbergh Farias e Fernando Bezerra Coelho; nº 23, de encerramento de votação, do Deputado Leonardo Quintão; nº 24, de suspensão da tramitação da MPV 795/2017, do Senador Lindbergh Farias; nº 25, de votação nominal do Requerimento nº 24, do Senador Lindbergh Farias; nºs 26 e 27, de destaque, do Senador Lindbergh Farias; 28, de votação uma a uma das emendas à MPV 795/2017, do Senador Lindbergh Farias; nº 29, de votação nominal do Requerimento nº 20, do Senador Lindbergh Farias; e nº 30, de não realização da Reunião, do Senador Lindbergh Farias. Retirado o Requerimento nº 22 pelo autor. Aprovado o Requerimento nº 23. Procedida a verificação pelo processo nominal. Votam “sim” 13 (treze) parlamentares. O Requerimento é

DOCUMENTOS

aprovado. Indeferido o Requerimento nº 24. Fica prejudicado o Requerimento nº 25. Rejeitado o Requerimento nº 16. A Reunião é suspensa. Reaberta a Reunião. Rejeitado o Requerimento nº 17, de adiamento da votação. Procedida a verificação pelo processo nominal. Votam "sim" 2 (dois) parlamentares e "não" 15 (quinze) parlamentares. O Requerimento é rejeitado. Ficam prejudicados os Requerimentos nºs 18 e 19. O Requerimento nº 20, de votação em globo dos destaques, é retirado pelo autor. Fica prejudicado o Requerimento nº 29. Indeferidos os Requerimentos nºs 28 e 30. Aprovados os Requerimentos nºs 26 e 27, de destaque. Aprovado o Relatório, ressalvados os destaques, que passa a constituir Parecer da Comissão, que conclui pelo atendimento da Medida Provisória nº 795, de 2017, aos pressupostos constitucionais de relevância e urgência; pela constitucionalidade, juridicidade e adequação à técnica legislativa da Medida Provisória nº 795, de 2017, e das emendas a ela propostas; pela adequação financeira e orçamentária da Medida Provisória nº 795, de 2017, e das emendas a ela oferecidas; e no mérito, pela aprovação, na forma do Projeto de Lei de Conversão apresentado, da Medida Provisória nº 795, de 2017, e das Emendas nº 7, 8, 13, 14, 27, 28, 29 e 30, bem como pela rejeição das demais emendas. Votam em contrário o Senador Lindbergh Farias e o Deputado Décio Lima. Rejeitados os destaques objetos dos Requerimentos nºs 26 e 27.
Aprovada a Ata da 2ª Reunião.

Descrição/Ementa: Projeto de Lei de Conversão

Decisão de Comissão

Data: 18/10/2017

Autor: Comissão do Congresso Nacional

Local: Comissão Mista da Medida Provisória nº 795, de 2017

Descrição/Ementa: Decisão da Comissão

PAR 1/2017

Data: 19/10/2017

Autor: Comissão Mista da Medida Provisória nº 795, de 2017

Local: Comissão Mista da Medida Provisória nº 795, de 2017

Descrição/Ementa: Dispõe sobre o tratamento tributário das atividades de exploração e de desenvolvimento de campo de petróleo ou de gás natural, altera a Lei nº 9.481, de 13 de agosto de 1997, e a Lei nº 12.973, de 13 de maio de 2014, e institui regime tributário especial para as atividades de exploração, desenvolvimento e produção de petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos.

OFCN 502/2017

Data: 19/10/2017

Autor: Presidente do Congresso Nacional

Local: null

Descrição/Ementa: Encaminha à Câmara dos Deputados o processado da Medida Provisória nº 795, 2017.

Quadro Comparativo

Data: 19/10/2017

Autor: Congresso Nacional

Local: Mesa Diretora do Congresso Nacional

Descrição/Ementa: MPV x Legislação x PLV aprovado na Comissão Mista

---

Texto oficial remetido ao

Data: 06/12/2017

Autor: Câmara dos Deputados

Local: Plenário do Senado Federal

Descrição/Ementa: Dispõe sobre o tratamento tributário das atividades de exploração e de desenvolvimento de campo de petróleo ou de gás natural; institui regime tributário especial para as atividades de exploração, de desenvolvimento e de produção de petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos; altera as Leis nºs 9.481, de 13 de agosto de 1997, e 12.973, de 13 de maio de

DOCUMENTOS

2014; e revoga dispositivo do Decreto-Lei nº 62, de 21 de novembro de 1966.

Avulso de PLV

Data: 06/12/2017

Autor: Senado Federal

Local: Plenário do Senado Federal

Ação Legislativa: O Senado Federal recebeu o Ofício nº 1.507/2017, do Presidente da Câmara dos Deputados, submetendo à apreciação desta Casa, o Projeto de Lei de Conversão nº 36, de 2017 (proveniente da Medida Provisória nº 795, de 2015).
A Presidência comunica ao Plenário que o prazo de vigência da medida provisória se esgota em 15/12/2017.
A Presidência inclui a matéria na Ordem do Dia de amanhã.

Descrição/Ementa: Avulso do Projeto de Lei de Conversão nº 36, de 2017.

Quadro Comparativo

Data: 06/12/2017

Autor: Congresso Nacional

Local: Mesa Diretora do Congresso Nacional

Descrição/Ementa: Legislação X MPV X PLV aprovado na Comissão X PLV aprovado na Câmara dos Deputados

RQS 1065/2017

Data: 12/12/2017

Autor: Líder do Governo Romero Jucá (MDB/RR), Líder do PT Lindbergh Farias (PT/RJ), Líder do Bloco da Maioria Raimundo Lira (MDB/)

Local: Plenário do Senado Federal

Descrição/Ementa: Requer, nos termos do art. 312, parágrafo único, do RISF, destaque de bancada para votação em separado do art. 7º do texto original da Medida Provisória º 795, de 2017.

RQS 1066/2017

Data: 12/12/2017

Autor: Líder do PT Lindbergh Farias (PT/RJ)

Local: Plenário do Senado Federal

Descrição/Ementa: Requer, nos termos do art. 312, inciso II, e parágrafo único, inciso II do RISF, destaque para votação em separado da Emenda nº 12, apresentada a MPV nº 795, de 2017.

RQS 1067/2017

Data: 12/12/2017

Autor: Líder do PT Lindbergh Farias (PT/RJ)

Local: Plenário do Senado Federal

Descrição/Ementa: Requer, nos termos do art. 312, inciso II, e parágrafo único, inciso II do RISF, destaque de bancada para votação em separado da Emenda nº 21, apresentada a Medida Provisória nº 795, de 2017.

RQS 1068/2017

Data: 12/12/2017

Autor: Líder do PSB Lídice da Mata (PSB/BA)

Local: Plenário do Senado Federal

Descrição/Ementa: Requer, nos termos do art. 312, II, e parágrafo único, I do RISF, destaque de bancada para votação em separado da Emenda nº 23, apresentada à Medida Provisória nº 795, de 2017.

DOCUMENTOS

RQS 1069/2017

Data: 12/12/2017
Autor: Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB/AM)
Local: Plenário do Senado Federal
Descrição/Ementa: Requer, nos termos do art. 312, do RISF, destaque para votação em separado do § 1º do art. 9º da redação originária da Medida Provisória nº 795, de 2017.

OFCN 665/2017

Data: 12/12/2017
Autor: Presidente do Senado Federal
Local: Comissão Diretora do Senado Federal
Descrição/Ementa: Encaminha à Câmara dos Deputados emenda do Senado Federal ao Projeto de Lei de conversão n° 36, de 2017 (oriundo da Medida Provisória nº 795 de 2017).

Avulso de requerimento

Data: 12/12/2017
Autor: Senado Federal
Local: Plenário do Senado Federal
Descrição/Ementa: RQS 1065/2017

Avulso de requerimento

Data: 12/12/2017
Autor: Senado Federal
Local: Plenário do Senado Federal
Descrição/Ementa: RQS 1066/2017

Avulso de requerimento

Data: 12/12/2017
Autor: Senado Federal
Local: Plenário do Senado Federal
Descrição/Ementa: RQS 1067/2017

Avulso de requerimento

Data: 12/12/2017
Autor: Senado Federal
Local: Plenário do Senado Federal
Descrição/Ementa: RQS 1068/2017

Avulso de requerimento

Data: 12/12/2017
Autor: Senado Federal
Local: Plenário do Senado Federal
Descrição/Ementa: RQS 1069/2017

DOCUMENTOS

Avulso de redação final

Data: 12/12/2017

Autor: Senado Federal

Local: Plenário do Senado Federal

Descrição/Ementa: Parecer nº 231, de 2017 - PLEN/SF, da Comissão Diretora, apresenta a redação final da Emenda do Senado ao Projeto de Lei de Conversão nº 36, de 2017

Complemento de resultado

Data: 12/12/2017

Autor: Senado Federal

Local: Plenário do Senado Federal

Descrição/Ementa: Votação nominal do PLV 36/2017

Avulso de redação final

Data: 12/12/2017

Autor: Senado Federal

Local: Plenário do Senado Federal

Ação Legislativa: Aprovado o PLV 36/2017 e o art. 7º do texto original da medida provisória.
À Câmara dos Deputados.
** DETALHAMENTO DA AÇÃO LEGISLATIVA**
Anunciada a matéria, são suscitadas pelos Senadores(as) Vanessa Grazziotin, Lindbergh farias, Gleisi Hoffmann e Randolfe Rodrigues, questões de ordem, com fulcro no art. 403 combinado com o art. 413, ambos do Regimento Interno do Senado Federal, relativa à inadequação financeira e orçamentária da Medida Provisória 795, de 2017, sendo indeferidas pela Presidência.
Discussão encerrada.
São encaminhados à publicação e deferidos os seguintes Requerimentos:
- nº 1065, de 2017, de Líderes, que solicita destaque para votação em separado do art. 7º do texto original da medida provisória;
- nº 1066, de 2017, da Liderança PT (de bancada), que solicita destaque para votação em separado da Emenda nº 12;
- nº 1067, de 2017, da Liderança PT (de bancada), que solicita destaque para votação em separado da Emenda nº 21;
- nº 1068, de 2017, da Liderança PSB (de bancada), que solicita destaque para votação em separado da Emenda nº 23;
Aprovados os pressupostos constitucionais de relevância e urgência e de adequação financeira e orçamentária, e pertinência temática, com o voto contrário dos Senadores Humberto Costa e Lindbergh Farias.
Encaminhado à publicação e rejeitado o Requerimento nº 1069, de 2017, de autoria da Senadora Vanessa Grazziotin, que solicita destaque para votação em separado da § 1º do art. 9º da redação originária da medida provisória;
Aprovado o projeto de lei de conversão, na forma do texto aprovado na Câmara dos Deputados, ressalvados os destaques, com o seguinte resultado: Sim – 27; Não -20; Presidente -1; Total – 48. (Verificação de votação solicitada pelo Senador Lindbergh Farias, com apoiamento regimental)
Aprovado o art. 7º, da medida provisória, destacado.
Rejeitada a Emenda nº 12 da medida provisória, destacada.
Rejeitada a Emenda nº 21 da medida provisória, destacada.
Rejeitada a Emenda nº 23 da medida provisória, destacada.
Aprovada a redação final. (Parecer nº 231, de 2017 – PLEN/SF, da Comissão Diretora)
A matéria volta à Câmara dos Deputados.

Descrição/Ementa: Parecer nº 231, de 2017-PLEN/SF, da Comissão Diretora, apresentando a redação final da Emenda do Senado ao PLV 36/2017

Ofício

Data: 14/12/2017

Autor: Câmara dos Deputados

Local: Mesa Diretora da Câmara dos Deputados

Descrição/Ementa: Ofício com recibo de autógrafo enviado à sanção - MPV 795/2017

DOCUMENTOS

Autógrafo - PLV 36/2017

Data: 14/12/2017

Autor: Câmara dos Deputados

Local: Mesa Diretora da Câmara dos Deputados

Descrição/Ementa: Dispõe sobre o tratamento tributário das atividades de exploração e de desenvolvimento de campo de petróleo ou de gás natural, altera a Lei nº 9.481, de 13 de agosto de 1997, e a Lei nº 12.973, de 13 de maio de 2014, e institui regime tributário especial para as atividades de exploração, desenvolvimento e produção de petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos.

Ofício

Data: 21/12/2017

Autor: Câmara dos Deputados

Local: Plenário do Senado Federal

Ofício

Data: 12/03/2018

Autor: Ente Jurídico

Local: Mesa Diretora do Congresso Nacional

Ação Legislativa: Anexado Ofício nº 1.142, de 19 de dezembro de 2017, da Câmara Municipal de Ribeirão Preto, que encaminha proposição de autoria do Vereador Marcos Papa. Anexada, também, resposta da Secretaria-Geral da Mesa ao presidente da Câmara Municipal de Ribeirão Preto. (fls. 367 a 370).

Descrição/Ementa: Ofício nº 1142/2017 - D, da Câmara Municipal de Ribeirão Preto

---

OFCN 199/2018

Data: 05/04/2018

Autor: Presidente do Congresso Nacional

Local: Secretaria de Expediente

Ação Legislativa: Remetido Ofício CN nº 199, de 04/04/18, ao Senhor Presidente da Câmara dos Deputados, comunicando o término do prazo para apresentação de Projeto de Decreto Legislativo, nos termos do § 2º do art. 11 da Resolução nº 1, de 2002-CN, e extinção da Comissão Mista destinada à apreciação da matéria, nos termos do § 3º do art. 11 da Resolução nº 1, de 2002-CN. (fl. 392).

À COARQ.

Descrição/Ementa: Comunica à Câmara dos Deputados a extinção da Comissão Mista destinada a apreciar a MPV nº 795, de 2017, bem como o fim do prazo para edição de decreto legislativo que discipline as relações jurídicas decorrentes da presente Medida Provisória.
